

OS SENTIDOS DA CRISE DO CORONAVÍRUS, DO LOCAL AO GLOBAL:

*MAPEANDO OS DESDOBRAMENTOS
POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS*



APRESENTAÇÃO

Ananda Viana, Mariane Matos, Paula Frias, Poema Portela, Rafael Moura

NADA SERÁ COMO ANTES? NOTAS SOBRE RESPOSTAS POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS GOVERNAMENTAIS À CRISE SANITÁRIA GLOBAL EM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

Andrea Ribeiro

A CENTRALIDADE SOCIAL DO TRABALHO PARA A AUTOVALORIZAÇÃO DO CAPITAL E A PANDEMIA DE COVID-19

Ana Beatriz Bueno de Jesus, Bruna da Penha de Mendonça Coelho, Miriam Tavares de Sá

COVID-19: UMA DURA SENTENÇA DE MORTE PARA O ENSINO SUPERIOR PRESENCIAL EM ÁFRICA – O CASO DE MOÇAMBIQUE

Jochua Abrão Baloi

A PRODUÇÃO DA CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA SOBRE O NOVO CORONAVÍRUS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Gabriela Vilela Lyra, Renato Victor Lira Brito, Carolina Gabriela Dolléans

COVID-19 E ABSTENÇÃO ELEITORAL: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA SOBRE AS TAXAS DE PARTICIPAÇÃO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020

Matheus Cavalcanti Pestana, Guilherme Dall'Orto Rocha

SENSIBILIDADE E VULNERABILIDADE NO CONTEXTO DA PANDEMIA: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS) EM TEMPOS DE CORONAVÍRUS

Ricardo Almeida Marques



Cadernos de Estudos Sociais & Políticos (CESP)

**DOSSIÊ “Os sentidos da crise do Coronavírus, do local ao global:
Mapeando os desdobramentos políticos, econômicos e sociais”**

ORGANIZADORES

Ananda Viana
Mariane Matos
Paula Frias
Poema Portela
Rafael Moura

EXPEDIENTE

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP

CADERNOS DE ESTUDOS SOCIAIS E POLÍTICOS

www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/CESP

COMITÊ EDITORIAL

Ana Silva Rosa, IESP/UERJ

Helio Maurício Pirajá Cannone, IESP/UERJ

Kayo Moura da Silva, IESP/UERJ

Hellen Cristina Silva de Oliveira, IESP/UERJ

Marcelo Borel, IESP/UERJ

Matheus Vitorino Machado, IESP/UERJ

Marina Rute Pacheco, IESP/UERJ

Mariane Silva Reghim, IESP/UERJ

Paulo Joaquim Da Silva Rodrigues, IESP/UERJ

Raul Nunes de Oliveira, IESP/UERJ

Vinicius Cardoso Reis, IESP/UERJ

CAPA, LAYOUT E DIAGRAMAÇÃO

Ana Rita Souza

Suzane Lopes (Movimento 1989)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO (Ananda Viana, Mariane Matos, Paula Frias, Poema Portela & Rafael Moura)	4
NADA SERÁ COMO ANTES? NOTAS SOBRE RESPOSTAS POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS GOVERNAMENTAIS À CRISE SANITÁRIA GLOBAL EM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA (Andrea Ribeiro)	11
A CENTRALIDADE SOCIAL DO TRABALHO PARA A AUTOVALORIZAÇÃO DO CAPITAL E A PANDEMIA DE COVID-19 (Ana Bueno, Bruna Coelho & Miriam Sá).....	28
COVID-19: UMADURA SENTENÇA DE MORTE PARA O ENSINO SUPERIOR PRESENCIAL EM ÁFRICA – O CASO DE MOÇAMBIQUE (Jochua Baloi)	52
A PRODUÇÃO DA CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA SOBRE O NOVO CORONAVÍRUS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA (Gabriela Lyra, Renato Brito & Carolina Dolléans)	70
COVID-19 E ABSTENÇÃO ELEITORAL: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA SOBRE AS TAXAS DE PARTICIPAÇÃO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020 (Matheus Pestana & Guilherme Rocha)	90
SENSIBILIDADE E VULNERABILIDADE NO CONTEXTO DA PANDEMIA: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS) EM TEMPOS DE CORONAVÍRUS (Ricardo Marques)	114

SENSIBILIDADE E VULNERABILIDADE NO CONTEXTO DA PANDEMIA: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS) EM TEMPOS DE CORONAVÍRUS

Sensitivity and Vulnerability in the Context of the Pandemic: An analysis of the actions of World Health Organization (who) in times of Coronavirus

Ricardo Almeida Marques⁸⁰

⁸⁰ Professor da Universidade Católica de Petrópolis (UCP). Doutorando em Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Email: ricardomarques002@gmail.com

RESUMO

O presente artigo busca analisar as ações da Organização Mundial da Saúde (OMS) frente ao atual contexto global da pandemia do coronavírus, tendo por ênfase os aspectos de sensibilidade e vulnerabilidade. Tais definições são apresentadas dentro do conceito de interdependência complexa, preconizado por Robert Keohane e Joseph Nye (1988). Partindo de tal ponto, é apontada a pertinência de ambos os aspectos para a análise das organizações internacionais. Em seguida, valendo-se de um levantamento bibliográfico e documental, são elencadas as principais atividades realizadas pela OMS relacionadas ao coronavírus, além de uma seção sobre a natureza e os objetivos da organização em si. Por fim, são ressaltadas as críticas que a instituição vem sofrendo atualmente e ao longo de sua história, que denunciam o efeito danoso em sua sensibilidade sob a forma de respostas lentas e inadequadas à pandemia. Isso acaba por gerar perda de confiança e eventual impacto negativo também sobre a vulnerabilidade, o que pode ter sido um dos motivadores do surgimento de iniciativas que não envolvem diretamente a organização. Percebe-se, assim, que os conceitos de vulnerabilidade e sensibilidade estão intimamente relacionados à credibilidade da instituição.

PALAVRAS-CHAVE: Sensibilidade; Vulnerabilidade; Coronavírus; OMS.

ABSTRACT

This article seeks to analyze the actions of the World Health Organization (WHO) in the current global context of the coronavirus pandemic, emphasizing the aspects of sensitivity and vulnerability. Such definitions are presented within the concept of complex interdependence, advocated by Robert Keohane and Joseph Nye (1988). Starting from this point, the relevance of both aspects for the analysis of international organizations is pointed out. Then, using a bibliographic and documentary survey, the main activities carried out by the WHO related to the coronavirus are listed, as well as a section on the nature and objectives of the organization itself. Finally, the criticisms that the institution has been suffering today and throughout its history are highlighted, which denounce the harmful effect on its sensitivity in the form of slow and inadequate responses to the pandemic. This ends up generating a loss of trust and an eventual negative impact on vulnerability as well, which may have been one of the reasons for the emergence of initiatives that do not directly involve the organization. Thus, it can be seen that the concepts of vulnerability and sensitivity are closely related to the institution's credibility.

KEYWORDS: Sensitivity; Vulnerability; Covid; WHO.

Com a atual conjuntura internacional, influenciada pela pandemia do Coronavírus e permeada por seus efeitos nas mais diversas áreas, a Organização Mundial da Saúde (OMS), enquanto principal instituição global em tal âmbito, é colocada em evidência. Não apenas diversos Estados a buscam para orientações e recomendações de planos de ação, como também muitos estudos acadêmicos são produzidos mencionando ou analisando a organização em si.

Partindo de tal ponto, entende-se pertinente analisar a atuação da instituição em voga, sobretudo em como ela repercute diante dos Estados e reflete na própria imagem institucional da OMS. Infere-se que a credibilidade de instituições de nível global é de suma importância para sua legitimidade e atuação satisfatória, uma vez que suas ações são avaliadas e reverberam pelas mais distintas realidades no Sistema Internacional. Para tanto, valer-se-á dos conceitos, a serem aqui explicados, de “sensibilidade” e “vulnerabilidade”.

Sintetizando a proposta, portanto, tem-se a seguinte pergunta de pesquisa: considerando a atuação da OMS no contexto da pandemia, de que forma seus aspectos de sensibilidade e vulnerabilidade impactam sua credibilidade institucional?

Vale-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, pautada especialmente nos trabalhos de Keohane e Nye, precursores dos conceitos mobilizados, e nas fontes oficiais da OMS a fim de listar suas principais ações no período enfatizado.

Cabe aqui ressaltar que os autores em questão, assim como diversos outros (alguns a serem abordados no artigo), admitem a possibilidade de aplicação dos conceitos em questão a atores não-estatais. Tal fato abre as portas para o estudo voltado para a OMS, bem como qualquer outra organização internacional, guardadas algumas ressalvas determinadas pela natureza de tais instituições.

Ao se analisar o Sistema Internacional na atualidade, percebe-se que uma série de preceitos introduzidos pela lógica neoliberal das Relações Internacionais encontraram respaldo nas ações de Estados e atores não-estatais. Pontos como a preferência por cooperação internacional em variados âmbitos, a aproximação de distâncias causada pelo processo de globalização, a crescente interdependência entre os diversos atores, e de fato, o próprio aumento da importância de atores não-estatais são alguns dos elementos que reforçam tal perspectiva. Ainda que tais considerações não estejam imunes a críticas quanto a motivações, fins últimos e instrumentalização, pontos como os supracitados são, de fato, presentes no Sistema Internacional.

Com isso, percebe-se que surge um cenário de interdependência entre os atores internacionais. De acordo com Keohane e Nye (2011, p. 7-8, tradução nossa), pode-se definir tal conceito da seguinte maneira:

Na linguagem comum, dependência significa um estado de ser determinado ou significativamente afetado por forças externas. Interdependência, definida de forma mais simples, significa dependência mútua. A interdependência na política mundial refere-se a situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre países ou entre atores em diferentes países. Esses efeitos geralmente resultam de transações internacionais - fluxos de dinheiro, bens, pessoas e mensagens através das fronteiras internacionais. Essas transações aumentaram dramaticamente desde a Segunda Guerra Mundial.

Dessa forma, não apenas as interações entre os Estados e demais atores aumentaram, mas também os efeitos delas. Tendo isso em mente, é de se esperar que ações no âmbito econômico, por exemplo, produzam impactos não somente nas partes diretamente envolvidas, mas no sistema como um todo.

Além disso, com a emergência de diversos assuntos nas agendas dos países e demais atores, esse impacto poderá surgir e reverberar em muitos outros âmbitos. Pontos como economia, saúde, tecnologia etc. ganham importância na visão neoliberal (e em diversas outras nas Relações Internacionais), em detrimento do aspecto militar. Dessa forma, os objetivos dos Estados podem gravitar em torno de qualquer uma daquelas áreas, e não somente focarem-se nessa. Esse é um dos aspectos que são abordados nos estudos de Keohane e Nye.

SENSIBILIDADE E VULNERABILIDADE

A fim de entender tal conjuntura, os autores Robert Keohane e Joseph Nye trazem o conceito de interdependência complexa, que é caracterizada, basicamente, pela existência de múltiplos canais de conexão, ausência de hierarquia na agenda de interesses dos Estados, e a redução da centralidade do aspecto militar (comumente tido como fulcral para a política internacional, por possibilitar a defesa e conseqüente sobrevivência dos Estados nacionais). Sobre tais pontos, Keohane e Nye (2011, p. 20-21, tradução nossa) prontamente definem que:

Múltiplos canais conectam sociedades, incluindo: laços informais entre elites governamentais, bem como acordos formais de escritórios estrangeiros; laços informais entre as elites não governamentais (face a face e por meio de telecomunicações); e organizações transnacionais (como bancos ou corporações multinacionais). (...) A ausência de hierarquia entre as questões significa, entre outras coisas, que a segurança militar não domina consistentemente a agenda. Muitas questões surgem do que costumava ser considerado política interna, e a distinção entre questões internas e externas torna-se confusa. (...) A força militar não é usada por governos para outros governos dentro da região, ou sobre as questões, quando prevalece uma interdependência complexa. Pode, no entanto, ser importante nas relações desses governos com governos de fora dessa região ou em outras questões.

É possível identificar diversas congruências entre os postulados da interdependência complexa e o comportamento dos Estados observados no Sistema Internacional na atualidade. O

aumento do intercâmbio em vários níveis entre os países pode ser um bom exemplo do primeiro atributo. Casos de países como o Japão, por exemplo, que não possui o acúmulo de poder material bélico como meta, mesmo sendo localizado nos arredores de potências nucleares como a China, a Índia, a Coreia do Norte e o Paquistão, podem ilustrar o segundo e terceiro aspectos.

Cabe aqui ressaltar que, apesar de o quadro de interdependência possuir como destaque a cooperação recíproca, não basta somente deixar o sistema “agir por conta própria”, considerando também os efeitos externos às relações por ele abarcadas. É necessário, por muitas vezes, influenciar de alguma forma esses fatores de interdependência. Nesse sentido, a possibilidade de manipulação dos fatores pode ser considerada como um instrumento de poder (RODRIGUES, 2014). De fato, a percepção de poder para a lógica neoliberal não está relacionada necessariamente às capacidades militares dos Estados (apesar de estas realmente contarem), mas sim à possibilidade de influenciar os processos decisórios dos demais atores para alcançar um objetivo desejado. Apesar de tal ação poder perpassar pelo âmbito militar (coerção, ameaças, promessa de proteção, punição por conta do descumprimento de um tratado, etc.), isso não é via de regra. Habilidades diplomáticas, proeminência econômica, fatores tecnológicos e científicos, dentre muitas outras áreas, podem adquirir importância também.

Posto que essa lógica é plausível de ser utilizada para analisar os atributos do Sistema Internacional, é de se esperar que outras características da teoria também sejam aplicáveis a tal análise. E dois fatores que foram introduzidos pela teoria da interdependência complexa são os conceitos de sensibilidade e vulnerabilidade.

O primeiro conceito, sensibilidade, refere-se basicamente à capacidade de resposta dos Estados e outros atores a mudanças inesperadas a fim da manutenção do status quo. Nas palavras de Keohane e Nye (2011, p. 10 tradução nossa):

A sensibilidade envolve graus de capacidade de resposta dentro de uma estrutura de política - com que rapidez as mudanças em um país trazem mudanças custosas em outro, e quão grandes são os efeitos em termos de custos? É medido não apenas pelo volume de fluxos através das fronteiras, mas também pelos custosos efeitos de mudanças nas transações nas sociedades ou governos.

Os efeitos em questão podem se manifestar em diversas esferas, desde o plano econômico e político até o âmbito social. A exemplo, uma questão humanitária que exija respostas rápidas e enfrentamento direto, como por exemplo o aumento de fluxo de imigrantes (acarretando possíveis custos ao Estado receptor) pode movimentar esforços internos maiores ou menores em termos monetários, estruturas físicas, legais, etc., ao considerar países distintos. Da mesma forma, uma redução abrupta do comércio entre dois países, como no caso de sanções comerciais, também trará custos diferentes. Tal distinção reflete, essencialmente, a assimetria entre a sensibilidade de ambos.

Vulnerabilidade, por sua vez, diz respeito à possibilidade e facilidade com que determinado agente possui em elaborar políticas alternativas ao ser confrontado com a necessidade de adaptação a efeitos externos. Dessa forma, seus custos e disponibilidade relativa de opções de ação irão determinar o comportamento do Estado em questão frente à situação apresentada (KEOHANE, NYE, 2011). Vale lembrar que tal situação não provém necessariamente de outros atores estatais, mas pode vir de diversas fontes, inclusive de indivíduos, como especuladores financeiros, terroristas, celebridades politicamente engajadas e políticos influentes internacionalmente.

Por exemplo, um pronunciamento de um líder político com expressão mundial pode fazer com que investimentos externos em um Estado caiam em pouco tempo, de tal forma que, a fim de manter sua situação financeira, seja necessário diversificar suas formas de captação de recursos, buscando outras alternativas. Tais mudanças incorrem em custos para além do impacto inicial de acomodar essa queda no fluxo de recursos, e tais dispêndios podem ser diferentes entre os Estados. Essa diferença reflete os distintos níveis de vulnerabilidade.

Dessa forma, um Estado ou instituição com alta sensibilidade mas baixa vulnerabilidade sofreria altos impactos decorrentes determinado fator externo, porém seria ágil em encontrar alternativas de curso para lidar com o problema. Uma entidade com tais atributos invertidos não seria altamente atingida inicialmente, porém se houver necessidade de buscar alternativas para suprir prejuízos, ela teria dificuldades.

Dessa forma, entende-se que os conceitos de vulnerabilidade e sensibilidade estão diretamente ligados aos impactos e ao comportamento do agente em questão frente a elementos externos, provenientes de outros agentes do Sistema Internacional. O primeiro conceito voltado para os efeitos internos, e o segundo, voltado para a capacidade e os custos de resposta.

A sensibilidade e a vulnerabilidade são fatores que influenciam os resultados no contexto da interdependência, pois estão relacionadas com o poder. De modo que, se transformam em fontes de poder e são utilizados pelas Organizações Internacionais e os Estados para alcançar seus objetivos, sejam eles imediatos ou não. Então tais fatores insidiam sobre os jogos nas Relações Internacionais e influenciam os resultados (ganhos ou perdas) através da sensibilidade e da vulnerabilidade, considerando os riscos (RODRIGUES, 2014, p. 112).

O processo de adaptação em questão não ocorre imediatamente, ainda que os efeitos sejam relativamente rápidos. Entende-se, assim, que a ideia de sensibilidade está mais associada com impactos imediatos, enquanto a vulnerabilidade, com efeitos a prazos maiores. Dessa forma:

Uma vez que, em geral, é difícil mudar políticas rapidamente, os efeitos imediatos das mudanças externas geralmente refletem a dependência pela sensibilidade. A dependência pela vulnerabilidade pode ser medida apenas pelo custo de fazer ajustes eficazes para um ambiente alterado durante um período de tempo (KEOHANE, NYE, 2011, p. 11, tradução nossa).

Dentro de um contexto em que existem fatores que perpassam limites nacionais, espera-se que o impacto individual e a forma com que os Estados e demais instituições lidam com tais elementos entrem em destaque nas análises a nível internacional. Sensibilidade e vulnerabilidade adquirem centralidade por serem parâmetros pelos quais é possível observar e qualificar os entes em voga (no presente caso, a OMS). Dado o contexto pandêmico, isso torna-se ainda mais fulcral, por ser na área de atuação direta da organização.

O IMPACTO DA PANDEMIA PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

No fim de 2019 e início de 2020 foram relatados os primeiros casos documentados de Covid-19, a doença causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) na cidade de Wuhan, na China. A partir daí, uma série de eventos, sobretudo relacionados ao fluxo de entrada e saída de pessoas e mercadorias bastante alto no país, acabou levando o vírus a se espalhar. Isso causou a disseminação relativamente rápida da enfermidade, e a identificação tardia dos casos por conta de sua semelhança inicial com uma gripe forte ou pneumonia, além de características fisiológicas do próprio vírus que dificultavam seu reconhecimento, também contribuíram para tal. Em pouco tempo a doença havia ganhado a classificação de pandemia por diversas autoridades sanitárias e médicas reconhecidas internacionalmente.

É de se esperar, portanto, que as relações internacionais, de maneira geral, sofram consideráveis impactos provenientes da nova realidade desencadeada pelo quadro de pandemia.

O coronavírus trouxe consigo uma nova governança da diplomacia da saúde global, além de incertezas econômicas, políticas e demográficas, e em um curtíssimo espaço de tempo enclausurou todos os demais fenômenos que pareceriam marcar a nova década do século XXI (UEBEL, 2020, p. 2).

De fato, desde o início do quadro de pandemia, já aconteceram ações de cooperação tendo por objetivo a análise do vírus e o desenvolvimento de formas de prevenção e combate. A pesquisa em saúde deu vazão para iniciativas conjuntas como obtenção de recursos e aparatos médicos, partilha de informações sobre a doença e seus aspectos, dentre muitas outras. Além de trazer efeitos práticos no sentido de superação do quadro crítico atual, essas ações permitem uma aproximação entre os Estados, o que poderia inclusive estimular parcerias futuras em outros âmbitos.

O avanço das pesquisas de tratamento e vacinação contra a COVID-19 também reitera o caráter da necessidade de cooperação internacional em ciência, que até então fazia parte da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, porém, minorada por outras questões consideradas mais urgentes e também por contingências orçamentárias. Neste contexto, Estados como Israel, Japão, Reino Unido, Senegal, Coreia do Sul e Brasil tem se destacado, seja nos estudos sobre

tratamentos e vacinas, seja na elaboração de testes clínicos e equipamentos alternativos de respiração mecânica (UEBEL, 2020, p. 3).

Além de áreas especificamente relacionadas à saúde, o contexto da pandemia afetou diversos outros setores, dentre os quais, a economia. A eliminação do elemento da previsibilidade econômica faz com que muitos Estados, empresas de projeção internacional e outros agentes optem por posturas seguras e, geralmente, isso significa reduzir a atividade econômica com o exterior.

Ao lidar com uma pandemia que afeta todas as pessoas do planeta, desencadeando uma crise econômica devastadora, países e mercados reagem como seres humanos que os compõem e os governam. A aversão ao desconhecido e às restrições leva a minimizar riscos e postergar a expansão dos negócios, investimentos, contratos e compras (GAROFALI, 2020, p. 57, tradução nossa).

Muitos outros acontecimentos permeiam o quadro econômico internacional, e que são de igual importância em sua definição. Aumento da dívida pública de diversos países, diminuição da atividade econômica em geral, recessão causada pela quebra de mercados nas bolsas de valores ao redor do mundo, queda no investimento por conta do aumento da incerteza, desvalorização de moedas etc. Segundo Aramayo e Vokoun (2020) “o endividamento do governo terá um impacto significativo sobre a inflação e a estabilidade monetária, afetando o balanço de pagamentos de cada economia e, portanto, também o comércio internacional” (p.64, tradução nossa).

Outro ponto em que o contexto pandêmico trouxe significativos impactos foi o do trânsito de pessoas entre países, sobretudo no que diz respeito à imigração. O fechamento de fronteiras e as demais políticas de isolamento social, dificultaram, ou mesmo interromperam totalmente, fluxos turísticos e migratórios ao redor do mundo, inclusive proporcionando uma situação de indefinição para os indivíduos que se encontravam no meio do processo de imigração legal, e ainda mais incertezas para os imigrantes em situação ilegal.

Outro elemento que se destaca é o impacto direto nos fluxos migratórios globais, como aqueles que estavam em andamento, por exemplo, de sírios e venezuelanos, que foram afetados pelas políticas de fechamento de fronteiras e medidas de isolamento social dos países receptores, como Turquia e Brasil, respectivamente (UEBEL, 2020, p. 5).

Além disso, a questão da xenofobia foi outro aspecto marcante no contexto em voga. Pode-se conceituar o termo como atitudes, preconceitos e comportamentos que difamam, rejeitam e excluem certos indivíduos baseado na percepção de que eles são estrangeiros à comunidade, sociedade ou identidade que se pertence (MILLER, 2018, tradução nossa). Episódios como a caracterização do vírus como um “vírus chinês” por diversas autoridades mundiais, agressões

físicas e verbais direcionadas a imigrantes asiáticos em geral (não apenas chineses), e mesmo declarações e análises considerando a pandemia como uma ação proposital do governo chinês, implicam também na percepção da figura do estrangeiro como alguém danoso, prejudicial, especialmente aqueles oriundos da China.

Sobre esse quesito, é válido ressaltar que existem também iniciativas na direção contrária, como por exemplo na Alemanha, cujo discurso político procura se manter isento desse tipo de ação acusatória, além de buscar proteger indivíduos em situação de vulnerabilidade, sejam eles estrangeiros ou não.

O discurso público e político alemão evitou culpar países estrangeiros, a globalização ou os imigrantes. De fato, um desejo generalizado de contribuir para a causa comum de proteção dos mais vulneráveis e derrotar o vírus, expresso localmente por meio de inúmeras iniciativas voluntárias de base, incluiu ofertas de instalações médicas na Alemanha para tratar pacientes Covid-19 de outros países europeus, onde os hospitais estavam lutando para sobreviver - sugerindo um espírito cooperativo que se estende além das fronteiras do país (BÜTHE, MESSERSCHMIDT, CHENG, 2020, p. 99, tradução nossa).

Como é possível constatar, o impacto da pandemia se deu em diversos âmbitos, perpassando por muitos aspectos das relações internacionais, bem como do cotidiano dos indivíduos. Por conta disso, ao considerar um cenário de interdependência complexa, pode-se inferir que o comportamento dos atores foi afetado de forma direta e indireta pela nova conjuntura, tendo em vista os efeitos imediatos do vírus e de sua prevenção e os posteriores, sobretudo relacionados à conduta dos atores entre si. Vale lembrar que estes não se resumem aos Estados, podendo incluir empresas multinacionais, organizações internacionais, mídia, indivíduos etc.

SENSIBILIDADE E VULNERABILIDADE E AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

A relação dos conceitos de vulnerabilidade e sensibilidade com as organizações internacionais perpassa pela conexão deles com a percepção de poder. Entende-se, por exemplo, que os Estados que possuem adesão a organizações de âmbito internacional, sobretudo as de ampla legitimidade, como a Organização das Nações Unidas, tendem a apresentar um grau de vulnerabilidade menor. Por outro lado, aqueles que não possuem mecanismos advindos da organização (por conta do não pertencimento) para lidar com problemas, tendem a ser percebidos como mais sensíveis (LIMA, 2003). Ainda que o país possua de fato recursos próprios para tal, há a possibilidade de que ele seja visto dessa maneira.

Oferecer respostas rápidas nem sempre pode ser viável, dependendo das condições materiais do Estado em questão. A recorrência às organizações internacionais pode ser uma

alternativa válida nesse contexto. Deve-se ter em mente que as organizações vão atuar de modo a maximizar seu ganho a curto prazo, sobretudo por meio da barganha, incentivando a cooperação por meio do destacamento dos benefícios mútuos aos envolvidos. Os mecanismos de incentivo ao comportamento esperado das partes fortalecem tais regimes e negociações, influenciando ainda a formação dos interesses dos Estados participantes (NOGUEIRA, MESSARI, 2005).

É válido acrescentar que a ideia de cooperação entre os Estados não é necessariamente oposta ao conceito de hegemonia no Sistema Internacional, tampouco obrigatoriamente enfraquecida por ele. Um dos pontos que sustentam tal fato é o de que a própria noção de hegemonia em si, em geral, requer certo nível de cooperação assimétrica entre as partes. Além disso, o estabelecimento de regimes em si (não restringindo-se ao âmbito internacional) já é passível da pressuposição de um posicionamento hegemônico. No caso do Sistema Internacional, o norte-americano pós Segunda Guerra Mundial (KEOHANE, 1984).

Além disso, a atuação em cooperação não pressupõe necessariamente um ambiente harmônico entre os atores, nem tampouco a completa discordância. De fato, um sistema em que há plena harmonia, não existe a necessidade de cooperação, assim como em outro em que há plena discordância, não há tal possibilidade (KEOHANE, 1984). A cooperação existe, portanto, dentro de contextos reais, não sendo válida em extremos, e tal ação pode ser intermediada e favorecida pelas instituições internacionais, quando estas possuem credibilidade e legitimidade para tanto.

A eficiência dessas instituições deve, portanto, ser mensurada de acordo com uma série de critérios baseados sobretudo na conduta dos Estados mediante suas atividades e recomendações, se estas serão respeitadas, seus regimes estabelecidos serão seguidos, se elas serão consideradas ou inclusas em iniciativas conjuntas dos países e se as exigências institucionais determinadas serão atendidas.

Pode-se argumentar que as instituições internacionais não são organizações válidas de serem analisadas sob tal perspectiva, pois diversos autores as consideram tão somente instrumentos de legitimação das políticas de determinados Estados. Um exemplo bastante usado é o dos Estados Unidos, que se valem de organizações como a ONU (Organização das Nações Unidas) e a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) para conferir legitimidade às suas ações militares ao redor do mundo (DI SENA JÚNIOR, 2003). Considerando-se tais organizações como produtos do sistema concebido sob a égide norte-americana pós-Segunda Guerra Mundial, é de se esperar que a lógica de defesa de um posicionamento específico esteja imbricada em seu funcionamento, ainda que de forma implícita ou indireta.

Apesar de o argumento ser, de certa forma, pertinente, isso não reduz a importância, na ótica da Interdependência Complexa, das instituições, apenas admite a ideia de as mesmas necessitarem de constantes melhoras e evoluções para atenderem cada vez melhor à realidade multifacetada do Sistema Internacional. Além disso, há autores que consideram que um quadro de hegemonia não é necessariamente negativo. “Em um quadro de hegemonia, as regras podem ser estabelecidas e reforçadas. Estados menos poderosos não podem fazer muita coisa além de seguir o fluxo. Sem um poder hegemônico, poderá haver conflitos constantemente” (MOFFITT, 1987, *apud* NYE, 1990, p. 188, tradução nossa). Um quadro de hegemonia permeado por iniciativas de cooperação (sejam elas marcadas pela presença de instituições internacionais ou não, como arenas ou mediadores) serviria, portanto, como uma forma de afastar disputas por poder e promover estabilidade internacional.

Para além de tais críticas, percebe-se que os conceitos de vulnerabilidade e sensibilidade estão intimamente relacionados à atuação das organizações internacionais, uma vez que elas servem como mediadoras entre os Estados, além de serem, dependendo de sua natureza (ex.: econômica, comercial, de segurança), capazes de influenciar diretamente as capacidades dos mesmos por meio de constrangimentos e vantagens. De acordo com Rodrigues (2014, p. 114-115):

As organizações tornaram-se um importante fórum de debate e negociação e, conseqüentemente, um espaço de barganha e disputas entre os atores. Essas disputas ocorrem devido às assimetrias e a disponibilidade de recursos que existem entre os países, no Sistema Internacional. Os países barganham no Sistema Internacional de acordo com as capacidades que possuem. Desse modo, a sensibilidade e vulnerabilidade (segundo a Teoria da Interdependência) determinam a resposta de cada país na política internacional. Nesse aspecto, os países maiores conseguem maior poder de barganha no âmbito das organizações internacionais.

Além disso, a adesão e o respeito proveniente de Estados com capacidades materiais maiores podem determinar a sobrevivência ou fracasso de uma organização internacional: a própria situação da Liga das Nações em comparação à ONU mostra que a entrada de países importantes para o Sistema Internacional é um fator de peso para tanto: enquanto a primeira não contou, na sua formação em 1920, com a participação dos Estados Unidos e da União Soviética, as nações mais influentes de seu tempo, e considera-se isso um dos principais motivos de seu fracasso (oficializado em 1946), a segunda, ativa até os dias de hoje, já contava desde sua origem em 1945 com membros de alta influência internacional. Ser um canal de mediação entre os mesmos pode definir a relevância da instituição, e participar ativamente do processo de determinação das condições para tal é um ato que mostra a influência que ela possui. Ainda segundo o autor:

As capacidades e os recursos de uma organização internacional determinam sua atuação, e conseqüentemente, seus ganhos e perdas. Países maiores, por exemplo, têm maior potencial de resposta (sensibilidade) em relação aos países menores, e têm maior possibilidade de influenciar a ação (vulnerabilidade) de outros atores ou organizações no contexto internacional, por isso a probabilidade de ganho e barganha torna-se significativa, em relação aos países menores (RODRIGUES, 2014, p. 115).

A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS) NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Inicialmente, deve-se estabelecer que a Organização das Nações Unidas teve sua proposta consideravelmente influenciada pela visão do institucionalismo liberal-internacionalista. Essencialmente, tal corrente determina que: instituições multilaterais, em conjunto com os regimes internacionais, influenciam o comportamento dos Estados; ressalta a importância da transparência, boa-fé e ação democrática como preceitos a serem sempre observados; e considera necessária a participação dos países-membros de forma isonômica e coordenada (CASTRO, 2012).

Entende-se, assim, que:

Os valores da isonomia e do igualitarismo jurídico dos Estados-Membros, da legitimidade multilateral, do comunitarismo e da jurisdicionalidade externa, por meio da Corte Internacional de Justiça (CIJ), perfazem o liberalismo de cunho idealista que norteou sua missão fundamental (CASTRO, 2012, p. 357).

Da mesma forma, espera-se que os preceitos em questão sobre o papel e condições das instituições, regimes e Estados, estendam-se também aos órgãos especializados constituintes da ONU, tais como a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), o Banco Mundial e, analisada a seguir, a OMS.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) é um órgão da Organização das Nações Unidas que age tendo por foco o âmbito da saúde, suas ramificações e pontos associados. Agindo basicamente como um ente coordenador, formulador e monitorador de agendas comuns e objetivos a nível internacional na área, a organização em questão é considerada uma das principais em termos de aceitação e autoridade dentro do Sistema Internacional, sobretudo por conta de sua subordinação à ONU e o reconhecimento de sua importância por grande parte dos Estados, que em geral estão dispostos a, na mais rasa das hipóteses, considerar suas posições, ao menos na área em que se propõe a atuar.

A nova era da saúde global é mais plural, englobando vários atores-chave e exigindo maior coordenação de esforços, prioridades e investimentos. A Organização Mundial da Saúde (OMS) desempenha um papel essencial na governança global da saúde e da doença; devido às suas funções globais centrais de estabelecer, monitorar e fazer cumprir as normas e padrões internacionais e coordenar vários atores em direção a objetivos comuns (RUGER, YACH, 2014, tradução nossa).

Entende-se que, justamente por conta da aceitação considerável que a instituição possui entre os Estados e demais atores a nível internacional, seus posicionamentos são de alta relevância, mesmo fora de um contexto de pandemia. Ainda de acordo com os autores, sobre as funções principais da OMS, pode-se colocar o seguinte:

O trabalho da OMS é definido por sua Constituição, que divide suas funções básicas em três categorias: (1) funções normativas, incluindo convenções e acordos internacionais, regulamentos e padrões e recomendações não vinculantes; (2) funções de direção e coordenação, incluindo sua saúde para todos, pobreza e saúde, e atividades médicas essenciais e seus programas específicos de doenças; (3) funções de pesquisa e cooperação técnica, incluindo a erradicação de doenças e emergências (RUGER, YACH, 2014, tradução nossa).

A partir de seus objetivos, infere-se que a função da OMS enquanto organização internacional é basicamente o estabelecimento de ações cooperativas entre os países na área da saúde, bem como o acompanhamento delas e a pesquisa tendo por meta o avanço dessas iniciativas, e por vezes para fundamentar o início, término ou mudança de uma que já esteja acontecendo.

Em se tratando das atividades que a OMS realizou em função do contexto de pandemia, pode-se listar os seguintes pontos como principais, sendo retirados diretamente do site da organização (OMS, 2020, tradução nossa):

O Diretor-Geral e o Diretor Executivo do Programa de Emergências de Saúde da OMS realizaram 90 briefings para a mídia. Os comentários de abertura do Diretor-Geral, transcrições, vídeos e gravações de áudio para essas instruções para a mídia estão disponíveis online; Houve 28 sessões informativas dos Estados-Membros; A OMS reuniu redes internacionais de especialistas, cobrindo tópicos como gerenciamento clínico, laboratório e virologia, prevenção e controle de infecções, modelagem matemática, soropidemiologia e pesquisa e desenvolvimento para diagnósticos, terapêutica e vacinas, que realizaram teleconferências frequentes, a partir do início de janeiro. Essas redes incluem milhares de cientistas, profissionais médicos e de saúde pública de todo o mundo; A plataforma OpenWHO teve mais de 4,2 milhões de inscrições em cursos, com 123 cursos disponíveis para auxiliar a resposta ao COVID-19, abrangendo 16 tópicos e 39 idiomas; O Grupo Consultivo Estratégico e Técnico de Riscos Infecciosos (STAG-IH) reuniu-se 41 vezes. O STAG-IH fornece aconselhamento e análise independentes para o Programa de Emergências de Saúde da OMS sobre os riscos de infecção que podem representar uma ameaça à segurança global da saúde; EPI-WIN, a rede de informação da OMS para epidemias, convocou 70 webinars técnicos, disponibilizando 376 painelistas especialistas para mais de 21.000 participantes, de 149 países e territórios, com representações que chegam a 935 organizações.

Segundo o próprio site, a lista supracitada foi atualizada pela última vez no dia 9 de setembro de 2020, inferindo, portanto, que tais números provavelmente aumentaram consideravelmente no momento da presente pesquisa.

Fora isso, pode-se perceber que a natureza dos elementos nessa lista de atividades traduz de forma emblemática a função da OMS de lidar com mediação, pesquisa e informação.

Para além dos pontos listados, cabe reafirmar que a organização age em consonância com diversos Estados e que a quantidade de funcionários mobilizados representa grande parte de seu pessoal ativo, indicando que seus recursos de pessoal estão majoritariamente direcionados ao combate ao Covid-19 em seus diversos aspectos.

A Organização Mundial de Saúde está também a coordenar pesquisas para possíveis tratamentos para a Covid-19 com a colaboração de 74 países. A 13 de abril, a OMS comunicou que um grupo de especialistas, coordenados pela própria organização, estão a cooperar na busca de uma vacina contra a Covid-19. Ao mesmo tempo, mais de metade dos funcionários da OMS está a trabalhar no terreno, ao fornecer atualizações em tempo real, conhecimento e coordenação (SOARES, 2020).

Com o início do ano de 2021, a organização lançou seu plano de ação para o ano em questão, focando também em iniciativas de combate à desinformação, contenção de infectados e acessibilidade de tratamentos a todos, além do reforço das ações que já estavam sendo realizadas no ano anterior, além da aplicação dos conhecimentos adquiridos até então a fim de lidar com a situação de forma mais eficiente (OMS, 2021).

É importante considerar que, em um sistema em que um dos atributos centrais seja a interdependência complexa, é de se esperar que os Estados acabem sendo afetados, cada qual a sua maneira, e respondam de formas que considerem adequadas, o que traz implicações diretas à sensibilidade e vulnerabilidade da organização.

A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE E OS CONCEITOS DE SENSIBILIDADE E VULNERABILIDADE

A atuação da OMS durante a atual conjuntura, ao menos até o presente momento, tem sido caracterizada basicamente por ações de pesquisa, análise, informação e orientação sobre a pandemia. As iniciativas engendradas pela organização não se limitam apenas à pesquisa sobre a cura, mas também sobre prevenção, instrução e mitigação de impactos a nível social. Seu atributo como ambiente de discussão e elaboração de ideias tem desempenhado um papel importante, considerando que o contexto atual exige de fato que estudos na área da saúde sejam realizados com certa urgência.

Entretanto, cabe destacar que a sua função enquanto ente mediador e conciliador de interesses entre os Estados não têm recebido destaque. Isso pode ser decorrente da existência de críticas ferrenhas à sua atuação, juntamente com a sua incapacidade de realizar sanções ou outras punições significativas aos países que não acatam suas recomendações (o que, diga-se de passagem, retroalimenta as críticas supracitadas).

Sobre os pronunciamentos de lideranças mundiais, cabe aqui indicar: “Os críticos dizem que a OMS tem confiado demais no governo chinês, que inicialmente tentou esconder o surto em

Wuhan. Outros culpam a organização e seu líder, Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, por agirem muito lentamente ao declarar uma emergência de saúde global” (HERNÁNDEZ, 2020, tradução nossa).

O surgimento de críticas, encabeçadas pelo então presidente dos EUA, Donald Trump, e reforçadas por autoridades como o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, indicam um possível abalo do fator confiança na instituição. Esse ponto acaba por afetar negativamente a percepção sobre a organização, e conseqüentemente colocar em xeque sua capacidade de se manter relevante de forma positiva no Sistema Internacional.

Tais críticas ressaltam a perda de confiança na capacidade de determinar um curso de ação adequado da instituição, o que indica um dano a seu aspecto de sensibilidade, ou ao menos a percepção disso. De fato, a ideia de uma demora na atuação considerada apropriada em relação ao vírus vai de encontro à definição básica do conceito: o nível apropriado de resposta a um elemento externo que a afeta. É uma inadequação, nesse sentido, causa danos à confiabilidade da instituição, da mesma forma que poderia prejudicar a imagem de um Estado.

Além disso, diversos países optaram por simplesmente ignorar os pronunciamentos da instituição. Pode-se inferir que isso seria pior do que a vocalização de críticas contundentes e diretas, pois indicaria um descaso quase completo às palavras da organização. Mesmo um bom tempo após as recomendações de quarentena (que muitos países já consideraram tardia), outros Estados, como Reino Unido e Suécia, continuaram a manter diversas atividades normalmente, como cinemas e restaurantes, emitindo apenas ocasionalmente alguma nota em resposta à OMS, mas sem grandes efeitos práticos na época (BURANYI, 2020).

É importante ressaltar ainda que as críticas à OMS não são recentes. Uma quantidade considerável de preceitos da organização tem sido posta em questionamento ao longo de sua história, como por exemplo “a erosão do seu protagonismo; a escassez e a natureza do seu financiamento; os conflitos de interesse dos especialistas, que vieram à tona durante a gestão da pandemia de gripe A(H1N1); as dificuldades de comunicação; e os problemas de governança interna” (VENTURA, PEREZ, 2014, p. 51).

De fato, diversas propostas de alterações na própria ONU, bem como na OMS em si, já são propostas desde o período da Guerra Fria. Sobre a OMS, boa parte das mudanças apresentadas como alternativas envolvem a adição de meios significativos de cooptação para com os Estados membros. Inclusive, ao se comparar com outros órgãos integrantes da própria ONU, a assimetria é clara.

Enquanto outros instrumentos globais juridicamente vinculativos incluem mecanismos de incentivo para implementação e prestação de contas, o Regulamento Sanitário Internacional não fornece atualmente tais mecanismos.

Isso significa que a capacidade do Secretariado da OMS é bastante limitada e depende da boa vontade dos países em cooperar. Outros quadros jurídicos vinculativos, como os acordos comerciais da OMC, incluem procedimentos específicos de notificação e transparência que permitem que seus membros monitorem até que ponto os outros membros cumprem com suas obrigações. Além disso, as regras da OMC estabelecem que um membro que não cumpra com sua conduta para com qualquer uma das obrigações dos acordos cobertos pela organização pode sofrer suspensão de benefícios comerciais (VELÁSQUEZ, 2020, p. 11, tradução nossa).

Essencialmente, as principais propostas são aumento do aporte de recursos destinados à organização, fortalecer o papel normativo da OMS, sobretudo através da implementação de mecanismos coativos, como anteriormente aventado, e a criação de estruturas que possibilitem fiscalização por parte dos países-membros, tornando-os essencialmente fiscais do comportamento dos demais (VELÁSQUEZ, 2020). Tais reformas, dadas como necessárias por muitos, são uma das evidências de que a credibilidade da organização vigente não só pode como está sendo questionada, ao indicar a fragilidade de sua estrutura de ação. Ao ter sua credibilidade abalada, ainda que pontualmente, é de se esperar que haja dano também em seu aspecto de relevância, uma vez que, ainda que ela seja capaz de tomar atitudes subsequentes mais adequadas, promovendo diversas frentes de estudos e pesquisas sobre o vírus, diversos Estados podem considerar tais críticas minimamente pertinentes e assim agir de acordo. Tal postura pode levá-los à não adoção das recomendações da organização em favor de alternativas individuais, fazendo com que suas propostas se tornem menos relevantes.

Com uma queda em sua credibilidade, a OMS pode se encontrar em uma situação de alta vulnerabilidade, uma vez que não apenas a busca por ações alternativas será limitada por conta da natureza das ações da instituição, como também as opções de ação propostas por ela aos Estados podem simplesmente ser deixadas de lado. Além disso, a permanência no campo das recomendações e estudos, em detrimento de ações afirmativas contra os países que assim agirem, se configura em mais um elemento de limitação.

Vale lembrar que as críticas à OMS também podem influenciar a atuação dela como ambiente de mediação, o que pode levar os Estados a procurarem alternativas de posturas conjuntas relacionadas à pandemia que não envolvam diretamente a organização. Isso pode resultar em esperada redução da relevância dela. De fato, existem iniciativas em conjunto que não a envolvem diretamente, como por exemplo as medidas tomadas pelos países do PROSUL.

Na reunião, os países do Prosul analisaram as consequências sanitárias, sociais e econômicas da pandemia, seu impacto no contexto regional e os esforços que a luta contra o Covid-19 exigirão a médio e longo prazo (...). Os países do bloco concordaram em compartilhar diagnósticos confiáveis e informações epidemiológicas sobre o vírus e trocar informações “sobre experiências, campanhas e materiais que contribuam para a criação de políticas públicas e a

adoção de medidas de mitigação para impedir a propagação da epidemia e ajudar a combater notícias falsas e especulações que gerem inquietação social” (VERDÉLIO, 2020).

Outras iniciativas no âmbito de pesquisa podem ser consideradas também, como por exemplo as que se dão no âmbito dos países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), e outras atuações conjuntas para a elaboração de vacinas encabeçadas por diversos Estados por conta própria.

Tais pontos também podem representar uma redução no nível de credibilidade da instituição, o que acaba por se refletir negativamente em seu aspecto de vulnerabilidade. Em suma, pode-se considerar que uma eventual redução (ou percepção de redução) no aspecto sensibilidade da OMS pode resultar em queda na credibilidade dela, o que eventualmente resultaria em um impacto também negativo, ainda que menos explícito, em sua vulnerabilidade. Isso mostra que os conceitos estão invariavelmente associados, com um sendo capaz de influenciar o outro direta ou indiretamente.

ASPECTOS CONCLUSIVOS

Ao concluir a presente pesquisa, pode-se inferir, inicialmente, que os conceitos de sensibilidade e vulnerabilidade não se limitam necessariamente aos Estados, de modo que análises valendo-se de tais definições podem ser realizadas tendo por foco outros atores do Sistema Internacional, como, por exemplo, as instituições internacionais.

É importante considerar que, dado que as instituições em específico podem servir como órgãos de mediação e discussão entre os Estados, não apenas elas possuem seus atributos de vulnerabilidade e sensibilidade, como também sofrem influência direta dos Estados, que por sua vez balizam essa influência pautados em seus próprios níveis de vulnerabilidade e sensibilidade.

A natureza da OMS condiciona sua forma de atuação perante o Sistema Internacional, e posto que trata-se de uma organização pertencente à ONU, mais voltada para a pesquisa, estudo e recomendações aos países em relação a saúde, tal atuação restringe-se justamente a iniciativas de tal âmbito, sem consideráveis capacidades materiais de pressionar diretamente a atuação dos Estados, ou ainda no sentido de reforçar de forma assertiva a própria credibilidade (a não ser talvez apoiando-se na credibilidade da ONU, o que ainda assim não significa poder material para coagir ou incentivar diretamente os demais, por exemplo, por meios econômicos ou comerciais).

O surgimento de críticas em relação à atuação da OMS relacionadas à resposta quanto ao Covid-19, tanto na questão do tempo quanto em seu plano de ação e recomendações, já pode ser um indício de impacto em sua sensibilidade, aspecto diretamente relacionado à capacidade de resposta a situações externas.

A redução de credibilidade decorrente das críticas pode incentivar o surgimento de frentes de atuação que não envolvam a OMS. De fato, a existência de tais iniciativas independentes pode significar a percepção de que a organização é inadequada para desempenhar seu papel de maneira satisfatória. Dessa forma, a queda na confiança também afetará sua vulnerabilidade, pois ao ser deixada de lado como arena de discussão e/ou ter seu status de organização com papel relevante questionado, sua capacidade de influenciar o comportamento dos Estados também passa a ser reduzida, tornando eventuais alternativas de ação futuras menos efetivas.

Dessa forma, pode-se perceber que os conceitos de vulnerabilidade e sensibilidade estão altamente relacionados com a credibilidade da instituição. Colocá-las em xeque significa abrir margem para a inquisição sobre sua eficiência e impactos negativos diretos em sua confiabilidade. No caso da OMS, um questionamento e eventual redução em sua credibilidade significa um isolamento institucional, sobretudo com o aumento de iniciativas não associadas à organização para lidar com a conjuntura adversa, além do surgimento de novas críticas que se somarão às já existentes ao longo de sua trajetória.

Vale ressaltar que pontos como a percepção de inércia ou incompetência institucional são fatores que podem, em casos extremos, reverberar para outras instituições internacionais, abalando a confiança nesses organismos como um todo. Tal possibilidade poderia desencadear (ou aprofundar) tensões institucionais nos mais diversos âmbitos a nível internacional. Cabe às autoridades responsáveis lidarem com a situação de forma adequada a fim de aumentarem a credibilidade da instituição aqui analisada, tendo em vista não apenas a superação das dificuldades atuais, mas também a não colaboração para um futuro cenário ainda mais propício para crises institucionais internacionais, além, claro, da elaboração de melhores respostas a possíveis futuras pandemias.

REFERÊNCIAS

ARAMAYO, Lourdes Gabriela Daza; VOKOUN, Marek. Covid-19 and international trade. In: GARDINI, Gian Luca (ed.). *The world before and after Covid-19: Intellectual reflections on politics, diplomacy and international relations*. European Institute of International Studies Press. Salamanca-Stockholm. 2020.

BURANYI, Stephen. *The WHO v coronavirus: why it can't handle the pandemic*. The Guardian. Disponível em: <https://www.theguardian.com/news/2020/apr/10/world-health-organization-who-v-coronavirus-why-it-cant-handle-pandemic>. Acesso em: 09/08/2021.

BÜTHER, Tim; MESSERSCHMIDT, Luca; CHENG, Cindy. Policy responses to the coronavirus in Germany. In: GARDINI, Gian Luca (ed.). *The world before and after Covid-19: Intellectual reflections on politics, diplomacy and international relations*. European Institute of International Studies Press. Salamanca-Stockholm. 2020.

CASTRO, Thales. Teoria das Relações Internacionais. 580 p. Brasília: FUNAG, 2012.

DI SENA JUNIOR, Roberto. Poder e Interdependência: Perspectivas de Análise das Relações Internacionais na Ótica de Robert O. Keohane e Joseph S. Nye. In: OLIVEIRA, Odete Maria de; DAL RI, Arno Jr. (orgs.). *Relações Internacionais: Interdependência e Sociedade Global*. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2003.

GAROFALI, Alejandro. International economic outlook in times of Covid-19 - A SWOT analysis. In: GARDINI, Gian Luca (ed.). *The world before and after Covid-19: Intellectual reflections on politics, diplomacy and international relations*. European Institute of International Studies Press. Salamanca-Stockholm. 2020.

HERNÁNDEZ, Javier. *Trump Slammed W.H.O. Over Coronavirus. He's Not Alone*. The New York Times. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2020/04/08/world/asia/trump-who-coronavirus-china.html>>. Acesso em 28/11/2020.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. *Power and Interdependence*. 4a ed. Pearson, 2011.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Princeton University Press, Princeton, New Jersey. 1984.

LIMA, Rodrigo Carvalho de Abreu. Interdependência e Assimetria: Dilemas das Relações Internacionais Contemporâneas. In: OLIVEIRA, Odete Maria de; DAL RI, Arno Jr. (orgs.). *Relações Internacionais: Interdependência e Sociedade Global*. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2003.

MILLER, Sarah Deardorff. *Xenophobia toward Refugees and Other Forced Migrants*. Centre for International Governance Innovation. World Refugee Council Research Paper No. 5 — Set. 2018.

NOGUEIRA, João P.; MESSARI Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: Debates e Correntes*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NYE, Joseph S. *The Changing Nature of World Power*. Political Science Quarterly, vol. 105, no. 2. 1990.

OMS. *Timeline of WHO's response to COVID-19*. Disponível em: <<https://www.who.int/news/item/29-06-2020-covidtimeline>>. Acesso em: 30/11/2020.

OMS. *COVID-19 Strategic preparedness and response plan*. Genebra: World Health Organization; 2021.

RODRIGUES, Noeli. Teoria da Interdependência: os conceitos de sensibilidade e vulnerabilidade nas Organizações Internacionais. *Conjuntura Global*, v.3, n.2, abr.jun., 2014.

RUGER, Jennifer Prah; YACH, Derek. The Global Role of the World Health Organization. *Glob Health Gov*, 2(2), 2014.

SOARES, Mariana. *O que está a fazer a OMS em relação à pandemia?* RTP Notícias. Disponível em: <https://www.rtp.pt/noticias/mundo/o-que-esta-a-fazer-a-oms-em-relacao-a-pandemia_n1221412>. Acesso em 29/11/2020.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. A geopolítica do coronavírus em tempos de incertezas. *Diálogos Internacionais*. Vol. 7, N. 70, abr. 2020.

VELÁSQUEZ, Germán. *World Health Organization Reforms in the Time of COVID-19*. South Centre. Research Paper 121. Nov. 2020.

VENTURA, Deisy; PEREZ, Fernanda Aguilar. Crise e Reforma da Organização Mundial da Saúde. *Lua Nova*, São Paulo, 92, 2014.

VERDÉLIO, Andreia. *Países do Prosul adotam medidas conjuntas para enfrentar Covid-19*. Agência Brasil. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-03/paises-do-prosul-adotam-medidas-conjuntas-para-enfrentar-covid-19>>. Acesso em: 27/11/2020.